

Feira de Economia Solidária e Agroecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora:

Uma experiência de ocupação e interação em espaços coletivos

Monalisa Barbosa Alves¹

Juliana Macário de Oliveira²

Grasiele Rosa Caciano³

Resumo: As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares cumprem função fundamental na inserção das universidades nos debates sobre desigualdade, exclusão social, trabalho e modo de produção. Nesse contexto, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intcoop/UFJF) consiste em um projeto de extensão que visa oferecer suporte à formação e ao desenvolvimento de geração de trabalho e renda, sob a forma de associações e/ou cooperativas populares compostas por coletivos de trabalhadores desempregados ou que vivenciam situações de trabalho precário, assim como coletivos que buscam maior viabilidade econômica e social de suas iniciativas. Em 2017, com o objetivo de fortalecer a economia local e solidária; aproximar os grupos assessorados pela incubadora, incentivando a troca de saberes e experiências entre seus integrantes; dar visibilidade à Intcoop e à Economia Solidária não só no meio universitário e acadêmico, como também a toda sociedade; criar novos espaços de lazer e formação na cidade, aproveitando o espaço estratégico do campus da universidade; e, atender à demanda comum dos grupos assessorados por novos espaços de comercialização, a Intcoop organizou a primeira Feira de Economia Solidária e Agroecologia no campus da universidade. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo central apresentar a experiência de realização da Feira de Economia Solidária e Agroecologia enquanto espaço não só de comercialização, mas, sobretudo, como espaço de formação, lazer e de produção de novas sociabilidades. O presente trabalho constitui, portanto, um relato de experiência vivenciada durante a realização da feira. Pode-se concluir que esta pode ser um importante instrumento de ocupação e interação em espaços públicos e coletivos, contribuindo e fortalecendo o movimento de economia solidária na reafirmação de seus princípios.

Palavras-chave: feira de economia solidária; economia solidária; incubadora tecnológica de cooperativas populares; extensão universitária.

Abstract: Technological incubators of popular cooperatives play a fundamental role in the insertion of universities in the debates on inequality, social exclusion, work and mode of production. In this context, the Popular Cooperative Technological Incubator of the Federal University of Juiz de Fora (Intcoop / UFJF) consists of an extension project that aims to support training and development of work and income generation, in the form of associations and / or popular cooperatives composed of groups of workers unemployed or experiencing situations of precarious work, as well as collectives that seek greater economic and social viability of their initiatives. In 2017, with the aim of strengthening the local economy and solidarity; to approach the groups advised by the incubator, encouraging the exchange of knowledge and experiences among its members; give visibility to Intcoop and the Solidarity Economy not only in the university and academic environment, but also in every society; create new spaces for leisure and training in the city, taking advantage of the strategic space of the university campus; and, to meet the common demand of the groups advised by new commercial spaces, Intcoop organized the first Fair of Solidarity Economy and Agroecology in the

1 Doutora e Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ). Pós-graduada em Gestão Ambiental. Graduada em Turismo (UFJF).

2 Possui graduação em Administração de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (2003) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015).

3 Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Juiz de Fora, atuante do movimento de Economia Solidária em Juiz de Fora através da Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF.

campus of the university. In this sense, the main objective of this article is to present the experience of the Solidarity Economy and Agroecology Fair as a space not only for commercialization, but also as a space for training, leisure and the production of new sociabilities. The present work constitutes, therefore, an experience report during the fair. It can be concluded that this can be an important instrument of occupation and interaction in public and collective spaces, contributing and strengthening the solidarity economy movement in the reaffirmation of its principles.

Keywords: solidarity economy fair; solidarity economy; technological incubator of popular cooperatives; university extension.

Introdução

O processo histórico que levou à precarização das condições e relações de trabalho e ao aumento do desemprego, com o acirramento da concorrência na economia globalizada, resulta no ambiente no qual os modelos alternativos de desenvolvimento, em geral, e as práticas baseadas nos princípios da economia solidária, em particular, se desenvolveram. Neste contexto, enquanto proposta distinta ao modelo hegemônico de relações de trabalho, tem emergido, em diferentes partes do mundo, práticas de relações econômicas e sociais que propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas.

Segundo Schiochet (2011), a economia solidária pode ser entendida como uma proposta socializante e democrática dos movimentos à “questão social”⁴, do final do século XX. Assim, nos últimos anos, esta temática ganhou espaço em diversos cenários na sociedade brasileira, seja ele no âmbito acadêmico em suas diversas instâncias: ensino, pesquisa e principalmente, no que se refere à dimensão da extensão universitária.

A extensão universitária propicia a relação universidade e sociedade a partir do conhecimento gerado em ambos os espaços e se caracteriza pela práxis apoiada no conhecimento científico, cultural, educativo e na sua atuação como importante ente para o projeto de desenvolvimento da cidadania, com base na ética, na inclusão social, na democratização do acesso à produção humana, na redução das desigualdades sociais e no desenvolvimento sustentável (COIMBRA; SOUZA, 2007).

Diante desta perspectiva, surge em meados da década de 1990, a iniciativa de desenvolvimento de um projeto acadêmico de incubação de cooperativas populares - ITCPs, objetivando assessorar e fomentar o desenvolvimento de geração de trabalho e renda, sob a forma de cooperativas e associações populares compostas por grupos de trabalhadores desempregados ou que vivenciam situações de trabalho precário, assim como grupos que buscam maior viabilidade econômica e social de suas iniciativas.

4 A análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se situada em uma arena de disputas entre projetos societários distintos. A questão social é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora. Não é um fenômeno recente, e sim, tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa. E mais, em sua dinâmica produz e reproduz suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam.

Neste aspecto, surge no âmbito da Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Estruturada como programa de extensão universitária, a ITCP/COPPE/UFRJ tem, desde o início, a proposta de empregar os recursos da universidade no fomento a empreendimentos econômicos populares em modelos alternativos à forma capitalista de produção, fundamentado sobre os princípios da economia solidária (HECKERT, 2003).

A partir desta ação pioneira, diversas universidades brasileiras passaram a implantar projetos similares, sendo um dos primeiros, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intcoop/UFJF). Criada em 1998, a Intcoop sempre buscou reconhecer e valorizar os saberes dos diversos setores populares, incorporando sua ótica no desenvolvimento do conhecimento acadêmico, desenvolvendo uma verdadeira ação de extensão interativa (HECKERT, 2003).

A incubadora esteve ativa por cerca de doze anos e desenvolveu uma ação de destaque na cidade e região. Entretanto, após um processo de desmantelamento das atividades de extensão voltadas aos trabalhadores e crises institucionais internas e externas à UFJF, ela praticamente se extinguiu. Após um período de inatividade, por meio da aprovação do projeto⁵ “Revitalização e fortalecimento da incubação de empreendimentos econômicos solidários do Núcleo da Economia Solidária (NUSOL/UFJF)”, executado a partir de abril de 2016, a Pró-Reitoria de Extensão da UFJF (PROEX/UFJF) procura estruturar ações para reativar a Intcoop/UFJF.

Após o término deste projeto, a Intcoop deu continuidade a suas atividades através do projeto de emenda parlamentar, no âmbito das ações da PROEX/UFJF intitulado: “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – Intcoop/UFJF – reativação da extensão universitária como importante campo de fortalecimento de coletivos populares de geração de renda”, vinculado à Faculdade de Serviço Social da UFJF.

As ações da Intcoop se pautam no acompanhamento e formação de coletivos de trabalhadores, que experimentam em sua prática cotidiana situações de precariedade e vulnerabilidade ou que compartilham de princípios contra hegemônicos, na perspectiva de geração de renda sob o viés da economia solidária, visando incorporar a ótica dos setores populares no desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural gerado na universidade.

É importante ressaltar que as atividades populares empreendidas a partir da perspectiva da economia solidária impactam, em diversos casos, as condições de vida mais gerais das pessoas no

⁵ O projeto foi elaborado, anteriormente a abril, para atender ao edital de chamada MCTI-SECIS/MTESENAES/CNPq nº 21/2015, publicado com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários aptas a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil.

seu plano socioterritorial, como a melhoria da infraestrutura urbana, por exemplo, não se limitando ao seu aspecto econômico, mas também envolvendo “[...] *as dimensões social, política, cultural e ambiental num determinado contexto espacial [...]*” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 262).

As iniciativas de economia solidária, com base em princípios de solidariedade, democracia participativa, liberdade e autogestão, caracterizam-se pela constituição de espaços públicos comunitários, onde os próprios indivíduos decidem os rumos do desenvolvimento que almejam para suas respectivas comunidades (SINGER, 2002).

Diante desta perspectiva, a Intecoop idealiza, em 2017, o que vê como um dos maiores e mais amplos projetos que poderia desenvolver enquanto espaço de fortalecimento do movimento de economia solidária: a Feira de Economia Solidária e Agroecologia. A feira, que recebeu o nome “É Feito Feira”, tem como objetivo fortalecer a economia local e solidária, além da agroecológica; aproximar os grupos assessorados pela incubadora, incentivando a troca de saberes e experiências entre seus integrantes; dar visibilidade à Intecoop e à Economia Solidária não só no meio universitário e acadêmico, como também a toda sociedade; criar novos espaços de lazer e formação na cidade, aproveitando o espaço estratégico do campus da UFJF; e, atender à demanda comum dos grupos incubados por novos espaços de comercialização.

Neste sentido, a feira surge enquanto proposta de ser não apenas um espaço de comercialização solidária dentro do campus universitário, mas, sobretudo como um espaço de troca, lazer e formação, visando, assim, fortalecer a relação entre a universidade, a incubadora, os coletivos assessorados e os moradores da cidade de Juiz de Fora, fazendo valer os princípios da extensão universitária.

A relevância deste trabalho reside no fato deste dar visibilidade e compartilhar práticas e experiências entendidas como contra-hegemônicas, ao propor cristalizar a existência de outras formas de relações econômicas e sociais que não as estabelecidas. Para tanto, este artigo constitui um relato de experiência sobre a Feira de Economia Solidária e Agroecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Metodologia

O presente trabalho consiste em um relato de experiência vivenciada pelos membros da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intecoop/UFJF), através da organização e realização da Feira de Economia Solidária e Agroecologia no campus da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. A feira foi criada em 2017 e foram realizadas três edições. A Intecoop, à época, formada por uma equipe multidisciplinar contando com técnicos e bolsistas das áreas de Serviço Social, Administração, Turismo, Engenharia, Direito, Ciências

Contábeis e Pedagogia desenvolveu, para além de um espaço de comercialização, um intercâmbio de ideias e formação.

No que se refere à sistematização da organização e realização da feira, esta consiste em reuniões quinzenais de toda a equipe visando descrever as principais ações a serem desenvolvidas. Em um segundo momento, a equipe, baseada nos princípios de cooperação e solidariedade, há a reunião com os coletivos para divisão de equipes visando a operacionalização do evento, através de planejamento de oficinas, programação e agendamento das apresentações culturais, assim como organização de toda logística e infraestrutura do evento. Na última etapa, após a realização da feira, é realizada uma reunião avaliativa com a presença dos membros da incubadora e dos representantes dos coletivos com o objetivo de identificar aspectos positivos e negativos do evento realizado e planejar o próximo.

Os coletivos assessorados e/ou parceiros da Intecoop são: Associação de Artesãos Caminho Novo; Feira de Economia Solidária (FECOSOL); Associação de Reciclagem e Artesanato (LIXARTE); Coletivo de Mulheres Feito por Mim; Coletivo de Apicultores de Juiz de Fora e Região; Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (MOGICO); Movimento Sem Terra (MST).

Quanto ao público alvo do evento, o intuito foi pensar uma feira como um espaço de interação para crianças, famílias, jovens, adultos e aposentados, independente de classe social, grau de instrução ou gênero, prevalecendo um espaço aberto à diversidade e a favor da aproximação de todas e todos.

Vale ressaltar que a UFJF, em especial, é um espaço que se difere das demais universidades federais por possuir um campus, no que se refere a abertura física integral do campus. Ao longo dos últimos anos se consolidou como um espaço privilegiado para a vivência do lazer com uma área que contempla uma gama de museus, academia ao ar livre, jardim sensorial, pista de skate, de corrida, ciclovia, praça cívica, além de uma área verde capaz de contemplar uma gama de práticas, como piqueniques, esportes, encontros de grupos de adolescentes, dentre outros. Tal fato, por si só, já atrai uma grande movimentação e concentração de pessoas, principalmente aos finais de semana, para a realização de atividades esportivas e de lazer.

Portanto, com o objetivo de relatar a experiência de Feira de Economia Solidária e Agroecologia da UFJF o presente trabalho buscou introduzir a temática da economia solidária; contextualizar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF; apresentar e descrever a experiência da Feira de Economia Solidária e Agroecologia realizada no campus da universidade enquanto forma de ocupação e interação de espaços coletivos, assim como espaço de fomento a novas formas de sociabilidades.

Resultados e Discussão

As relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista e agravadas no contexto da globalização hegemônica, produzem formas de sociabilidade empobrecidas, balizadas em ganhos individuais em detrimento da solidariedade e do comprometimento com o outro e com o meio ambiente.

Diante deste contexto de crise estrutural que perpassa as dimensões econômica, social, ambiental e civilizatória colocando em xeque o padrão societário individualista e pautado no consumo excessivo que produz desigualdades, vários sujeitos têm buscado formas de sobrevivência em pequenos focos de resistência. Esses espaços têm primado pela articulação de esforços para a construção de práticas e processos de produção que resgatem o sujeito coletivo em diferentes contextos, através de variadas formas de luta.

Assim, na contradição do individualismo competitivo característico do capitalismo, a solidariedade encontrada em alguns empreendimentos, no sentido de relação mútua no compromisso pelo qual os indivíduos se apoiam uns aos outros, está fortalecendo o movimento da economia solidária. Neste sentido, as iniciativas econômicas solidárias vêm sendo incentivadas como estratégias de dinamização socioeconômica em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, na perspectiva de promover a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente (MTE, 2014).

Estas iniciativas fazem parte de uma reação social ao processo de precarização das relações de trabalho, processo este marcado pelo aumento do desemprego, da informalidade e do desassalariamento, principalmente após a adoção das políticas neoliberais e suas consequências no que se refere à pobreza e à exclusão social. A crise do mercado de trabalho tradicional, em um período de intensa liberalização da economia, somada à persistência do desemprego de alguns segmentos sociais, representam uma necessidade de intervenção nas práticas de economia solidária, como solução alternativa à mencionada crise.

Apesar do crescente número de iniciativas e experiências que operam com base nos princípios da economia solidária, ainda não há unidade em sua conceituação, visto que é largamente debatida. No entanto, existem alguns elementos principais que caracterizam as práticas de economia solidária, como assinala Singer (2011, p. 116):

Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas acepções: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Considera-se que tal multiplicidade conceitual sobre as quais a economia solidária é interpretada, longe de fenecer o debate sobre a temática, concorre, sim, para o seu enriquecimento

teórico-prático, dado que pode ser remetido à vários contextos analíticos; bem como à várias conjunturas práticas as mais distintas.

Paul Singer (2002, p. 10), um dos especialistas mais conhecidos na área, define a economia solidária como

[...] um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p. 10).

França Filho (2006) confirma a questão da coletividade como marco fundamental dos EES, mas destaca outros elementos como o caráter periférico, urbano e informal destes empreendimentos, além da reciprocidade/solidariedade como fundamento de tais práticas. Em suas palavras a economia solidária diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuadas coletivamente (e sob diferentes modalidades do trabalho associado) pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam, em geral, de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários) os fundamentos de tais práticas (FRANÇA FILHO, 2006, p. 58).

Iaskio (2007), como síntese de sua resenha sobre os conceitos de economia solidária, considera que

[...] a economia solidária é, portanto, toda organização formada e gerida por trabalhadores que detêm os meios de produção, com vistas à geração de trabalho e renda. Essa organização deve ser pautada em princípios de solidariedade e de autogestão. Entre os empreendimentos de economia solidária estão as cooperativas, as associações, as empresas autogestionárias e qualquer outro empreendimento cujas características conferem com as descritas (IASKIO, 2007a, p. 59).

Nesta perspectiva, a Economia Solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho, por meio de iniciativas que propõem uma forma de trabalho alternativa à tradicional, pautadas em princípios de solidariedade, na propriedade coletiva dos meios de produção e na participação coletiva das tomadas de decisão.

De acordo com França Filho (2007), a dinâmica no âmbito da economia solidária parece evoluir de formas de auto-organização socioeconômica para formas de auto-organização sócio-política, o que leva o autor a apontar tal campo como um tipo de movimento social de natureza singular, precisamente em função da característica dos atores que o compõem. Tais atores ou instâncias organizativas que compõem o movimento de economia solidária no Brasil compreendem basicamente: os empreendimentos econômicos solidários (EES), as entidades de apoio e fomento (tais como as incubadoras) e o poder público.

Segundo França Filho (2008), tais práticas remetem a uma forma mais plural de sociabilidade, uma vez que considera outras dimensões que compõem a vida em sociedade, como a reciprocidade e os laços sociais. Por serem autogestionárias, estas experiências contribuem para o fortalecimento da autonomia, da consciência e da participação coletiva.

Assim, ao mesmo tempo em que se desenvolve no campo das práticas sociais, a economia solidária passa a ser alvo de pesquisas acadêmicas que refletem a respeito do fenômeno e logo se torna uma importante atividade de extensão universitária, via Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP).

Neste contexto, a construção de uma perspectiva de desenvolvimento dialógico bem como a elaboração de soluções sistêmicas aos problemas econômicos, sociais e ambientais que perpassam a sociedade brasileira é um desafio que as universidades públicas podem mediatizar através da produção e socialização do conhecimento, fundamentada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo este tripé o eixo fundamental da universidade brasileira. É papel da universidade pública que o saber produzido em seus espaços de conhecimento seja replicado e aplicado a espaços e projetos que sejam de interesse público e social, e, que os conhecimentos gerados a partir dessas experiências sejam disponibilizados através de estudos, artigos, dentre outras formas de produção, visando efetivar a indissociabilidade da práxis universitária, ou seja, ensino, pesquisa e extensão.

Santos (2004) acrescenta que o conhecimento universitário foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar, cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades. No entanto, no século XXI, aconteceu o que o autor aponta como uma passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário, que se distingue do conhecimento produzido anteriormente por ser contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Aplicação esta que acontece para além dos muros universitários fomentando uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. Assim, o autor afirma que o conhecimento característico do século XXI, “[...] é um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento [...]” (SANTOS, 2004, p. 41).

A relação com alguns desses outros conhecimentos pode ser engendrada na atividade de extensão, que se achega ao conhecimento prático desenvolvido para responder a demandas da vida cotidiana. Neste contexto, a extensão universitária ganha maior centralidade nas discussões sobre a universidade como um todo, o que reflete na ideia da curricularização da extensão universitária. De acordo com Plano Nacional de Educação 2014-2024 é preciso assegurar, no mínimo, dez por cento

do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa. Neste sentido, Gadotti (2017) afirma que a extensão universitária pode ser um ponto de partida de um repensar do projeto político-pedagógico da universidade.

A extensão realiza, por excelência, o sentido da universidade, já que tem uma função integradora e articuladora da vida universitária como um todo. É possível afirmar que ela subsidia pesquisas de cunho teórico-reflexivo, recheando-os com elementos práticos e empíricos permitindo explorar as três perspectivas do processo educacional de forma indissociável. Assim, pode ser entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Diante desta perspectiva, a Intecoop trabalha a partir de ações que visem o fortalecimento do movimento de economia solidária no âmbito local e regional. Em âmbito local uma das iniciativas da incubadora é a organização da Feira Solidária e Agroecológica - É Feito Feira.

A feira, idealizada como espaço de comercialização, lazer e formação foi organizada a partir de princípios básicos da economia solidária, tais como cooperação e solidariedade. Segundo Jesus e Tiriba (2009, p. 80),

O termo cooperação está dicionarizado como o ato de cooperar ou operar simultaneamente, colaborar, trabalhar em conjunto. Está associado às ideias de ajuda mútua, de se contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade. No sentido amplo, indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social.

Quanto ao princípio da solidariedade, Laville (2009) afirma que esta baseia-se tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangendo, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social. Pressupõe a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, e se empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social.

Neste sentido, compreender a importância dos eventos de economia solidária como espaços de formação, de troca de saberes, de comercialização, de fortalecimento sócio econômico, articulação de redes de produção e consumo e de difusão do conceito de economia solidária, leva-nos a perceber aspectos importantes para a consolidação dessa outra economia, uma vez que envolve membros dos empreendimentos econômicos solidários, que já atuam sob a lógica da solidariedade e da cooperação, bem como o público visitante que, apesar da lógica do individualismo e da competição arraigada na sua constituição cultural, podem acessar durante o evento, outras práticas que possibilitam a construção de relações mais justas e solidárias (SILVA, 2017).

As feiras de economia solidária se configuram como espaços de exposição e comercialização de produtos, porém, não estão restritas a essas atividades. Este espaço também se constitui pela realização de apresentações culturais e artísticas, de informação e formação política em economia solidária, bem como divulgação e estímulo do consumo ético, justo e solidário.

Amorim (2014, p. 8) afirma que

[...] as feiras se constituem em espaços para trocas solidárias de informações e de saberes; apresentações culturais; avanço conceitual e difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano; bem como espaços de integração e articulação de empreendimentos econômicos solidários, instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à economia solidária.

Nesse sentido, a realização da Feira de Economia Solidária e Agroecologia no campus da UFJF simboliza a oportunidade de dar visibilidade aos coletivos e aos princípios que norteiam o movimento de economia solidária, assim como a construção de espaços públicos comunitários baseados em outras formas de sociabilidades. Contudo, cabe ressaltar que esses eventos também se configuram como uma das formas de organização e fortalecimento do movimento, uma vez que a construção desses espaços já revela um processo coletivo onde é possível vivenciar os princípios e práticas dessa outra economia em diversos momentos.

Diante desta perspectiva, a Feira de Economia Solidária e Agroecologia da UFJF abrange três dimensões: lazer, através da ocupação da área verde e ao ar livre do campus, onde uma série de atividades culturais são propostas ao longo do evento; formação, através da realização de oficinas e intercâmbio de ideias e aprendizagens entre os coletivos e os frequentadores do evento; e, trocas, seja através da comercialização direta de produtos/serviços em barracas, ofertados pelos grupos assessorados e participantes do projeto, ou pela troca livre entre todos os participantes.

A necessidade de espaço para feiras foi uma demanda comum em todos os coletivos com os quais a Intecoop vem trabalhando desde o seu retorno. Assim, a feira representa, ainda, um espaço de fortalecimento da economia local e seus agentes, uma vez que cria um terreno inédito e fértil de troca, formação e aproximação entre os coletivos solidários, a comunidade acadêmica e o público que frequenta o campus.

A primeira edição da feira aconteceu em setembro de 2017, de 9 às 17 horas, e teve como tema central a chegada da primavera. Além do espaço de comercialização dos coletivos de economia solidária a feira contou em sua programação com oficinas e programação cultural. As oficinas realizadas foram: oficina de grafite para crianças; oficina de Agroecologia; e, oficina de Economia Solidária.

As edições subsequentes da feira buscaram abordar a temática referência do mês tal como pode ser observado na figura 01. Sendo assim, a feira de outubro teve como tema central “Crianças”

e a feira de novembro “Consciência Negra”. Nesse sentido, as oficinas e apresentações culturais buscavam dialogar com a temática proposta.

Figura 01: Carta divulgação da Feira de Economia Solidária e Agroecologia da UFJF.



A estrutura de comercialização da feira foi composta por uma média de vinte barracas, onde os coletivos de economia solidária comercializaram produtos da agricultura familiar e orgânicos; produtos artesanais como pães, doces, licores; além de produtos do artesanato local, compondo uma diversidade de produtos, conforme figura 02.

Figura 02: Espaço de comercialização



Tal como apresentado no decorrer do artigo a Feira de Economia Solidária e Agroecologia da UFJF não tem como objetivo ser apenas um espaço de comercialização, neste sentido, em paralelo a estrutura composta por barracas dos coletivos de economia solidária, ocorrem as oficinas e as apresentações culturais, tais como apresentado nas figuras a seguir.

Figura 03: Apresentação Cultural



Figura 04: Espaço de comercialização e convivência



Figura 05: Oficina para crianças



Portanto, o evento se configura como um espaço de ocupação, interação e produção de novas sociabilidades. A partir desta experiência é possível afirmar que as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares significam um importante espaço de efetiva incorporação dos setores populares, através da inserção em uma nova forma de organização para o trabalho, pautada nos princípios da economia solidária; como também para fomentar este movimento pautado em relações sociais e econômicas mais solidárias.

Assim, as ações da Intcoop têm como escopo a consolidação de experiências enquanto respostas factíveis à problemática socioeconômica da exclusão e desemprego e também a contribuição para o aprimoramento do discurso e práticas da Economia Solidária.

Considerações Finais

A economia solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho, por meio de iniciativas que propõem uma forma de trabalho distinta à tradicional, pautadas em princípios de solidariedade, na propriedade coletiva dos meios de produção e na participação coletiva das tomadas de decisão.

Em âmbito nacional, vários pesquisadores argumentam que temos um conjunto considerável de iniciativas bem sucedidas, que vêm sendo experimentadas por diferentes organizações da sociedade civil, que avançam na ausência do Estado, formulando e experimentando alternativas locais de fortalecimento das práticas autogestionárias.

Nesta perspectiva, as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares cumprem função fundamental na inserção das universidades nos debates sobre desigualdade, exclusão social, trabalho e modo de produção, além de auxiliarem a aproximação do saber científico das realidades cotidianas dos trabalhadores. As experiências universitárias de assessoria a grupos populares na formação de coletivos de trabalho autogestionário têm significado uma das mais importantes e fecundas iniciativas de extensão, que verdadeiramente tem efetivado o princípio da indissociabilidade entre outras duas dimensões da universidade: o ensino e a pesquisa.

A Intcoop/UFJF vem desde sua reativação estabelecendo ações que primem pelos princípios da economia solidária, visando se estabelecer enquanto um elo importante entre a universidade e a sociedade. Assim, suas ações no desenvolvimento de iniciativas de trabalho e renda têm como escopo a consolidação destas experiências enquanto respostas à problemática socioeconômica do desemprego e também a contribuição para o aprimoramento do discurso e práticas da economia solidária.

Neste contexto, destaca-se a Feira de Economia Solidária e Agroecologia que desde sua primeira edição tem se firmado enquanto espaço de interação e construção de novas sociabilidades; de comercialização; de trocas; de formação; e, de lazer. Resultando, contudo, no fortalecimento do movimento de economia solidária a nível local e regional.

Referências

AMORIM, Rizioneide. Feiras de Economia Solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado? In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/artigos-e-reflexoes/feiras-de-economia-solidaria-fenomeno-de-socializacao-ou-redescoberta-do-mercado>. Acesso em 19 mai. 2019.

BRASIL. Lei Nº 13.005/2014, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 22 mai. 2019.

COIMBRA, Ana Livia de Souza; SOUZA, Marcela Braga. Princípios e ações em economia solidária: a Intcoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. In: **Revista Proposta**. n.112, 2007. 15 p. Disponível em: <http://fase.org.br/wpcontent/uploads/2014/08/proposta-112-final.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Carta de princípios da Economia Solidária. Disponível em http://www.fbes.org.br_PDF_POWERED_PDF_GENERATED 23 December, 2011, 11:05.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. In: **Organizações & Sociedade**. n.45, 2008. 14 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302008000200017. Acesso em: 19 fev. 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Sociedade e Solidariedade), 2006. p. 57-77.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 13 mai. 2019.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **TEMPORALIS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. n.3, ABEPSS/Graflina, 2001. 23 p.

IASKIO, E. L. S. O que é economia solidária? In: BERGONSI, S. S. S. e LACERDA, G. B. de (orgs.). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC, p. 49-66, 2007.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional de Outra Economia**. São Paulo, Almedina, 2009. p. 80-86.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional de Outra Economia**. São Paulo, Almedina, 2009. p. 310-315.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Plano Nacional de Economia Solidaria. 2014. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/index.php/trabalhador-economiasolidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 17 jan. 2016.

SANTOS, Boaventura Souza. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo, Cortez, 2004. 89 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2010. 85 p.

SILVA, André Luis Ferreira. A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos: um estudo sobre a Feira Baiana. In: **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, n.2. São Paulo, 2017. 25 p.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 407-412.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.

SCHIOCHET, Valmor. Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, Edi; SARDÁ DE FARIA, Maurício; NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo, Outras Expressões, 2011.p. 443-452.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Revitalização e fortalecimento da incubação de empreendimentos econômicos solidários do Núcleo da Economia Solidária (NUSOL/UFJF)**. Juiz de Fora, 2016.